

ARTIGO

Recebido em 28 de outubro de 2021
Aprovado em 24 de julho de 2022

O fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro e a pesquisa sobre as relações sociais de produção musical no Brasil: dualidade no trato com fontes primárias para a pesquisa musicológica brasileira

The documentary fund of the Union of Musicians of the State of Rio de Janeiro and the research on the social relations of musical production in Brazil: the duality of dealing with primary sources for Brazilian musicological research

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i1.47464>

Luciana Requião

É musicista, professora e pesquisadora. Atua como docente na Universidade Federal Fluminense (UFF) e junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO e ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF. Coordena o Grupo de Estudos em Cultura, Trabalho e Educação e está como diretora do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro na gestão 2019-2022. Como pesquisadora vem desenvolvendo desde o ano 2000 estudos sobre a condição laboral de musicistas atuantes na cidade do Rio de Janeiro. É autora dos livros “O Músico-Professor” (2002), “Eis aí a Lapa...: processos e relações de trabalho do músico nas casas de shows da Lapa” (2010) e “Trabalho, Música e Gênero: depoimentos de mulheres musicistas acerca de sua vida laboral, um retrato do trabalho no Rio de Janeiro dos anos 1980 ao início do século XXI.” (2019).

E-mail: lucianarequiao@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0351-0578>

RESUMO

O presente texto trata do projeto que vem sendo desenvolvido junto ao fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro. Além de apresentar os processos iniciais de organização e salvaguarda deste material, são problematizadas questões pertinentes à dualidade no enfrentamento de problemas de ordem histórica e arquivística no trato com o acervo. Destaca-se a importância deste tipo de documento para os estudos sobre o trabalho no campo da música e que, apesar de não se tratar propriamente de um conjunto de documentos musicais, constitui-se como importante fonte primária para a pesquisa musicológica brasileira, em particular aquela que busca discutir as relações sociais de produção musical no Brasil.

Palavras-Chave: Acervos Musicais. Documentos musicais. Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro. Trabalho. Músicos.

ABSTRACT

This text is about the project that has been developed with the documentary fund of the Union of Musicians of the State of Rio de Janeiro. In addition to presenting the initial processes of organization and safeguarding of this material, issues regarding the duality of facing historical and archival problems with the collection are problematized. This type of document is important for studies on work in the field of music. Although it is not exactly a set of musical documents, it is an important primary source for Brazilian musicological research, especially the one that seeks to discuss the social relations of musical production in Brazil.

Keywords: Musical collections. Musical documents. Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro. Labor. Musicians.

Nunca é demais destacar que fontes de importância para a história jamais serão reencontradas se forem destruídas. Algumas lacunas historiográficas estão condenadas a nunca ser preenchidas por falta de fontes comprobatórias.
Heloísa Liberalli Bellotto

Introdução

Borges (2019) realizou um estudo detalhado que indica “a fluidez das pesquisas da área de Música em relação às subáreas/linhas de pesquisa das instituições a que se vinculam” (p.306). Isso significa que os limites impostos por tais distinções, na prática, não se justificam e em certos casos – pode-se acrescentar – chegariam a inibir a busca por aportes teórico-metodológicos que trariam substanciais contribuições à pesquisa empreendida. O autor segue observando que “a categorização das pesquisas (e seus respectivos produtos) como delimitadas a um único escopo, excluindo os demais, resulta em explicações simplistas em relação às ações musicológicas efetivamente empregadas e aos repertórios musicológicos envolvidos” (idem). Trata-se de uma discussão que aponta para dificuldades que a pesquisa em música enfrenta, por tratar de temáticas, abordagens, objetos, metodologias, teorias, fontes etc. das mais variadas.

No caso dos estudos sobre o trabalho no campo da música, nota-se que as pesquisas encontram-se, em grande parte, ainda desvinculadas dos programas de pós-graduação em música. Notadamente, pesquisas desenvolvidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) foram responsáveis por trabalhos – que se pode dizer – pioneiros no interesse em discutir as condições laborais de musicistas no Brasil. Uma das pesquisas mais antigas apuradas é a dissertação de Rita de Cassia Lahoz Morelli, defendida em 1988 nesta instituição (MORELLI, 1988). Destacam-se ainda as pesquisas produzidas e orientadas por Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, doutora em Ciências Sociais e professora titular da Unicamp.¹ É possível inferir que, em certo momento, parecia não haver lugar para esse tipo de discussão na musicologia brasileira, cujo objeto primordial de atenção seria o objeto sonoro. De outro lado, é importante notar que a partir dos primeiros anos do século XXI vemos esse quadro aos poucos se transformar, em particular a partir de estudos de abordagem etnomusicológica. Esse é o caso das pesquisas realizadas por Salgado (2005), Erthal (2017), Milito (2019) e Costa (2020), por exemplo.²

O projeto desenvolvido junto ao fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro (SindMusi) repercute esse processo, ao trazer para a área da música discussões que outrora teriam sido responsabilidade da área da Sociologia – no caso do estudo das relações sociais de produção musical – ou da arquivologia – no caso do trato com o fundo documental. Como forma de contribuir com a

¹ Nosso próprio trabalho de pesquisa sobre os processos e as relações de trabalho de músicos nas casas de shows da Lapa, região localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, foi desenvolvido fora da área da música, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha Trabalho e Educação, da Universidade Federal Fluminense (REQUIÃO, 2008).

² Salgado e Erthal desenvolveram suas pesquisas junto ao Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO, Cury no Programa de Pós-Graduação em Música da UFRJ e Costa no Programa de Pós-Graduação em Música da UFBA.

musicologia histórica e documental, a partir do ano de 2019, a pesquisa toma parte do projeto “Pesquisa em acervos musicais sediados no estado do Rio de Janeiro – identificação e estudo de obras, coleções e fundos documentais” do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que busca articular a pesquisa desenvolvida na universidade no campo da história da música e da documentação musical às atividades de conservação desempenhadas por instituições arquivísticas e museais.

O presente texto busca evidenciar o fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro como de importância histórica para a musicologia brasileira, por apresentar evidências que podem ajudar a revelar como se davam as relações sociais de produção musical em um período de mais de cem anos. São documentos relacionados à formalização do trabalho de músicos e sua filiação à instituição, do ano de 1907, quando da sua criação como Centro Musical do Rio de Janeiro (CMRJ), aos dias atuais. Como Bellotto na epígrafe que abre o presente artigo, compreendemos a necessidade em salvaguardar “fontes de importância para a história [que] jamais serão reencontradas se forem destruídas” (2006, p.124).

O projeto visa a seleção, a conservação, a catalogação, a digitalização e a divulgação de documentos que, de alguma forma, apresentem dados sobre os músicos que por ali passaram, as formas de contratação, o regime de trabalho e as lutas internas e externas travadas no campo do trabalho, entre outras questões. Fichas de proposta de filiação e de matrícula de músicos, notas contratuais, contratos de trabalho, documentos pessoais (como carteiras de trabalho), atas do CMRJ e do atual sindicato, fotografias, livros caixa, dentre outros tipos de documentos, compõem o acervo.

Além de apresentar os processos iniciais de organização e salvaguarda deste material, ressaltamos os desafios enfrentados, não previstos em nossa formação como pesquisadores na área musical, no trato com documentos centenários.³ Nesse sentido, apontamos algumas escolhas realizadas pela equipe de músicos-pesquisadores nos processos iniciais de organização dos documentos e levantamos questões de pesquisa a partir de um primeiro contato com o material. Assim, são problematizadas questões pertinentes à dualidade no enfrentamento de problemas de ordem histórica e arquivística no trato com o acervo.

1 A fonte documental como “um quadro tipológico dilatado”

Castagna (2019), baseado em Jon Bagüés, indica que “as expressões ‘arquivo musical’ e ‘arquivo da música’ surgiram nas catedrais europeias do século XVII, para designar os caixões com ‘papeis de música’” (p.23). Em consequência da expansão social das atividades artísticas, houve a necessidade de uma maior especificação, o que foi realizado por Bagüés ao dividir os arquivos em cinco tipos: Arquivos de conservatórios; Arquivos de bandas de música; Arquivos de orquestras; Arquivos de coros; e Arquivos de gestão e de empresas (*apud* CASTAGNA, 2019, p.23). Castagna acrescenta ainda que

³ A equipe foi formada, inicialmente, por estudantes da disciplina Tópicos Especiais em Documentação e História, do PPGM da UNIRIO. No momento contamos com seis estudantes de pós-graduação do PPGM da UNIRIO (mestrado e doutorado) sob minha orientação. São eles: Hudson Cláudio Neres Lima, Isaac Santana Andrade, Anne Duque Estrada Meyer, Antonilde Rosa Pires, Pedro Christiano Waddington Aune e Rafael de Oliveira Silva. A pesquisa é parte integrante dos estudos do Grupo de Estudos em Cultura, Trabalho e Educação (GeCULTE – UFF).

No decorrer do século XX, ainda de acordo com Bagüés (2008, p. 77-78), os estudos musicológicos passaram a recorrer a três novas categorias de arquivos musicais: os arquivos sonoros e audiovisuais, os arquivos pessoais e os arquivos musicais com finalidade musicológica (CASTAGNA, 2019, p.23).

Ao concebermos a existência de uma arquivologia musical, impõe-se a relação entre os campos da arquivologia e o da musicologia.⁴ Para Cotta (2006) a arquivologia musical é concebida como

um campo de conhecimento que alia conceitos e técnicas da arquivologia tradicional às necessidades específicas para o tratamento técnico de acervos ligados à música, especialmente no caso de manuscritos musicais, mas também no caso de impressos, discos e até mesmo documentos tradicionais, como cartas missivas (COTTA, 2006, p.15).

Partindo do conceito clássico de documento apresentado por Bellotto, quando “documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa” (BELLOTTO, 2019, p.35), Cotta reitera que

um arquivo é um conjunto de documentos acumulados por um dado organismo, ao longo de suas atividades. Tal processo de acumulação de documentos ocorre naturalmente, como um efeito das atividades a que o organismo – pessoa ou instituição – se dedica, e em função das quais os documentos são produzidos ou recebidos, e realizam o seu ciclo vital, organicamente. Este processo dá origem ao conceito de fundo arquivístico (COTTA, 2006, p. 23).

Castagna destaca “um quadro tipológico dilatado”, oferecido por Josefa Montero García, “ao considerar ‘fonte documental’ um conceito mais amplo que o de ‘documento’, por incluir espécies externas ao próprio âmbito arquivístico, em consonância com a concepção de ‘fontes musicais’” (2019, p.24-25). No mesmo texto, Castagna expõe os 19 tipos básicos descritos por Montero García (p.25, grifo nosso), que vale reproduzir aqui:

- Partituras, registros sonoros e audiovisuais;
- Libretos e textos;
- Escritos pessoais dos compositores;
- Tratados sobre música;
- Documentos governamentais sobre instituições com atividades musicais;
- Estatutos e regulamentos;

⁴ Porém, em contraponto a esta relação aparentemente inevitável, Castagna (2019) alerta para a inadequação da transposição pura e simples das categorias usuais da arquivologia: “O grande problema dessa aplicação, no entanto, é o fato de que os documentos e os próprios acervos musicais apresentam gêneses, tipos, características e formas de uso nem sempre semelhantes à dos documentos públicos e arquivos administrativos” (p.27)

- Entrevistas pessoais;
- Instrumentos musicais;
- Objetos artísticos;
- Livros de contas;
- Cerimoniais;
- Processos de concursos;
- **Documentos diversos;**
- Livros de registros de igrejas;
- Documentos pontifícios;
- Processos administrativos;
- Imprensa: críticas musicais e anúncios de apresentações musicais;
- Cartazes e programas de apresentações musicais;
- Correspondência.

Castagna acrescenta ainda que

Equipamentos de reprodução de fonogramas (toca-discos, toca-fitas, etc.), de filmes (videocassetes, dvd-players, etc.), de música programada (pianolas, realejos, etc.), de manipulação sonora (sintetizadores, computadores, etc.), de recepção de transmissões radiofônicas ou televisivas (rádios, televisores, etc.), de conexão à internet para recepção de áudios e vídeos (computadores, celulares, etc.) e muitos outros, ainda que não especificamente considerados na listagem apresentada por Josefa Montero García, possuem grande interesse musicológico, sobretudo quando constituem raridades ou mesmo peças únicas. Muitas vezes há conexões entre tais equipamentos, instrumentos musicais, documentos sonoros e musicográficos, além de outras espécies, ligações que podem ser perdidas sem um olhar apropriado e uma adequada caracterização, classificação, ordenação e descrição (CASTAGNA, 2019, p.26).

Tal ampliação da noção de “fonte documental/musical”, e a possibilidade de se considerar uma ampla gama tipológica como parte da musicologia histórica, é de especial interesse para o projeto que desenvolvemos. Entendemos ser possível considerar o conjunto de documentos que constitui o fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro como um dos 19 tipos básicos descritos por Montero García. Nesse caso, designados como “documentos diversos”. A pouca especificidade dessa classificação abre brecha para pensarmos os documentos de ordem trabalhista também como parte daquilo que se entende como fonte documental/musical, de importância e interesse à pesquisa musicológica.

Nesse sentido, nos ajuda a pensar Raúl Vicente Baz (2008):

Sin embargo, al hablar de documentación musical y, de forma genérica, de archivos musicales, no solo podemos circunscribirnos a las partituras manuscritas o impresas, rolos de pianola, discos de vinilo, etc., es decir, a la documentación que contiene algún registro musical. El concepto de documentación musical es mucho más amplio y debe incluir otra tipología documental. Precisamente esta visión reduccionista del patrimonio musical es la causante de que los trabajos se dediquen casi exclusivamente a la descripción de la documentación que contiene registros musicales, olvidando el resto de la documentación [...] (p.23).

Quem sabe, em algum momento da história, documentos de ordem trabalhista possam ganhar notoriedade adquirindo uma tipologia própria na arquivologia musical?

2 A pesquisa sobre as relações sociais de produção musical e as fontes musicais: o *Janus* Ofício.

No início dos anos 2000, quando passo a desenvolver estudos sobre o trabalho no campo da música, tive como suporte teórico-metodológico a sociologia da cultura, a sociologia do trabalho e, fundamentalmente, os estudos críticos sobre a economia política.⁵ Por certa casualidade, no ano de 2018 tive contato com uma documentação pertencente ao Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro, instituição a qual que me filiei ainda nos anos 1980, documentação esta que expressava a formalização do trabalho de músicos que atuaram em uma grande empresa de comunicação na segunda metade do século XX. Trata-se da Nota Contratual (figura 1), documento no qual é possível observar o período trabalhado, a especificação da atuação do músico e o valor pago pelo trabalho.

Figura 01 – Nota Contratual

Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

⁵ Para citar alguns dos aportes que representam tais teorias destaco os trabalhos de Raymond Williams, Ricardo Antunes e Karl Marx, respectivamente.

Este primeiro contato abriu as portas para a possibilidade de utilização desse tipo de documentação como fonte primária para o estudo das relações de trabalho no campo da música no estado do Rio de Janeiro. Porém, seria necessária uma investigação nas inúmeras caixas-arquivo dispostas em uma das salas do sindicato, que se revelava como um “todo caótico” (figura 02).⁶ De que forma se constituiria aquilo que poderia ser identificado como o fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro? Que tipo de documentação seria ali encontrada? O que nos revelaria?

Figura 02 – Caixas-Arquivo



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Assertivamente, a professora especialista em arquivística Heloísa Liberalli Bellotto (2019) observa que “sendo um universo arqueológico, o fundo de arquivo é, com raras exceções, um desafio que acena com o caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos”. Ao mesmo tempo, “no sentido do desafio e da descoberta, o trabalho de arquivo, especialmente quando se trata de acervos históricos, é invariavelmente fascinante” (BELLOTTO, 2019, p13). Foi exatamente esse o sentimento que tivemos ao nos depararmos com as primeiras documentações descobertas.

Naquele momento, tivemos a noção de que tínhamos em mãos um “universo arqueológico” a desbravar. E é aí que as dificuldades iniciaram, pois os desafios do trabalho que estariam por vir fugiam, muitas vezes, ao nosso alcance.⁷ Vivenciamos o que Gomes (2018) descreve como uma “dualidade”, que “se estabelece segundo a lógica de complementaridade e articulação entre as partes constituintes de um dado fenômeno/objeto/sujeito, assumindo assim a dimensão complexa da realidade” (GOMES, 2018, p.25). A autora é precisa ao sinalizar o

[...] duplo posicionamento dos agentes que não se dispõe somente a tratar a documentação/informação musical/musicográfica (no que tange a sua conservação,

⁶ O “todo caótico” é a apreensão da experiência imediata que se tem com a realidade (MARX, 1986).

⁷ Uma observação importante é que, no decorrer do processo, tivemos e ainda contamos com o apoio de profissionais de diversas áreas e instituições. Em particular destacamos Beatriz Moreira Monteiro e Cadu Marconi, do Arquivo Nacional; Fátima Gonçalves, bibliotecária do Theatro Municipal do Rio de Janeiro; Luiza Batista Amaral, Bacharel em Conservação e Restauração de bens culturais (UFRJ); e o Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO, particularmente o projeto “Pesquisa em acervos musicais sediados no Estado do Rio de Janeiro – identificação e estudo de obras, coleções e fundos documentais”.

sistematização e disponibilização para pesquisa), mas também utilizá-la (tendo-as como base para o desenvolvimento de atividades artísticas ou investigativas) (GOMES, 2018, p.26).

Tal prática é denominada pela autora como o *Janus* Ofício:⁸ “O Janus Ofício consiste, então, no duplo ofício realizado pelos profissionais que lidam com a documentação e a informação musical e musicográfica tratando-a para uso e utilizando-a para estudo” (GOMES, 2018, p.27). Para usufruirmos da farta documentação produzida pela instituição em mais de 100 anos de existência precisaríamos, antes, de resgatá-la, organizá-la e classificá-la. Observamos ainda a necessidade de um tratamento à sua salvaguarda, em local apropriado e com acondicionamento adequado. O material encontrava-se, em alguns casos, muito danificado, necessitando de restauro (figura 03 e 04).

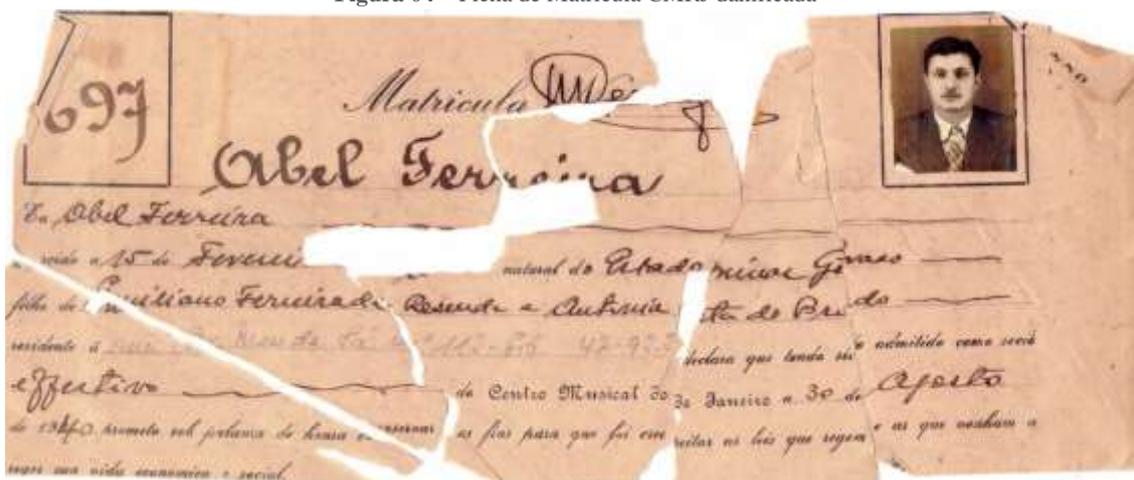
Figura 03 – Proposta de Admissão ao CMRJ danificada



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

⁸ “Essa prática foi assim nomeada graças ao deus Janus que, segundo a mitologia romana, apresenta características duais, possuindo duas faces que o permitem ver tanto o que o precede quanto o que o sucede” (GOMES, 2018, p.26).

Figura 04 – Ficha de Matrícula CMRJ danificada



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

De acordo com Gomes,

atuar em contexto do *Janus Ofício* significa operar segundo uma lógica de dualidade em que não se opta entre tratar e sistematizar OU pesquisar nos domínios de um acervo documental, mas elege-se uma dupla atuação. Escolhe-se trabalhar com as fontes de documentação em nível de sua materialidade (compreendendo que sua permanência depende, em muitos aspectos, do adequado tratamento que garanta sua preservação, agindo para sua garantia), bem como em nível de sua sistematização (compreendendo que é somente através do tratamento adequado em prol de sua organização, descrição e disponibilização que, de fato, dignifica-se o documento enquanto fonte de informação). Considera-se, igualmente, o documento enquanto portador de dados que podem sedimentar trabalhos (fazendo uso das possibilidades investigativas destes) (GOMES, 2018, p.27).

Tínhamos à frente a rara possibilidade de contato com documentação inédita como fonte de pesquisa, ao mesmo tempo em que se impunha o enorme desafio de saber tratar essas fontes, desafios de ordem arquivística que se somavam aos de ordem histórica.

Na próxima seção será apresentada uma síntese do processo de trabalho realizado junto ao fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro até o momento, cujo objetivo final é a salvaguarda da documentação, por meio de um adequado acondicionamento, e a sua disponibilização no formato digital.⁹

Vale notar que esse ponto é de extrema importância, pois os sindicatos, de forma geral, vêm perdendo sua força e enfrentando problemas de ordem política e econômica que coloca em risco a capacidade de salvaguarda de seu acervo. O fim da contribuição sindical obrigatória com a Reforma Trabalhista (BRASIL, Lei 13.467/2017), acabou com a principal fonte de receita das entidades sindicais.

⁹ Em duas outras oportunidades que tivemos de socializar a pesquisa desenvolvida junto ao fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro destacamos a história da instituição, fundada em maio de 1907 como Centro Musical do Rio de Janeiro (REQUIÃO 2020a e 2020b). Por este motivo aqui nos limitaremos a destacar especificamente as ações realizadas no trato com a documentação.

Assim, torna-se premente a organização deste acervo para que esteja em condições de ser doado a alguma instituição que o abrigue, se (ou quando) necessário.¹⁰

3 As etapas iniciais junto ao fundo documental e sua tipologia

Considerando-se as definições clássicas apresentadas por Bellotto (2019, p.128), o fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro caracteriza-se por serem documentos elaborados em consequência das atividades internas da instituição. São documentos que foram ou são necessários ao estabelecimento e funcionamento das atividades sindicais e que guardam relação orgânica entre si (idem, p.130). O conjunto de documentos com os quais estamos trabalhando compreendem as três idades do ciclo vital dos documentos administrativos, ou seja, tratamos desde arquivos correntes, ainda em uso (que corresponde à chamada 1ª idade), arquivos intermediários (de 2ª idade) e arquivos com mais de 30 anos, a maioria em desuso (de 3ª idade).

A primeira etapa percorrida (e ainda não concluída) é a de *seleção* da documentação que será tratada. Bellotto observa que “o princípio da importância é o mais subjetivo e difícil, apesar de ser o essencial” (2019, p.122). Por este motivo, avançamos aos poucos sobre as caixas-arquivo, de forma a não “atropelar” ou apressar essa etapa fundamental ao trabalho. Consideramos, inicialmente, dez tipos de documentos, descritos na tabela abaixo (tabela 01). São todos documentos de terceira idade, porém, alguns deles, como as Notas Contratuais, ainda preservam valor jurídico.¹¹

Tabela 01 – Tipologia da documentação

TIPO	ORIGEM
Livros de Atas	Centro Musical do Rio de Janeiro
Livros Caixa	Centro Musical do Rio de Janeiro
Fotografias	Centro Musical do Rio de Janeiro
Fichas de Matrícula	Centro Musical do Rio de Janeiro
Proposta de Admissão	Centro Musical do Rio de Janeiro
Proposta de Admissão	Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro
Contratos de Locação de Serviços	Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro
Notas Contratuais	Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro
Registro de Empregados	Rádio Mayrink Veiga
Documentos Pessoais	Diversos

Fonte: Elaboração própria.¹²

¹⁰ Está em curso junto ao CONARQ um pedido de reconhecimento do acervo como de interesse público, condição para que possamos, futuramente, doar o material ao Arquivo Nacional. Entendemos ser esta uma forma de salvaguardar este material.

¹¹ É recorrente a procura desse tipo de documentação por musicistas filiados ao sindicato no momento em que estão próximos a requerer sua aposentadoria, para fins de comprovação de recolhimento de contribuição previdenciária junto ao INSS. Essa questão adiciona outro caráter de importância na organização e disponibilização desses documentos.

¹² Os Registros de Empregados, assim como os documentos pessoais, não foram produzidos pela instituição e, por algum motivo ainda desconhecido, encontram-se ali misturados ao acervo. Essa questão foi apresentada em Requião (2019), em particular sobre as Fichas de Empregados da Rádio Mayrink Veiga. Os documentos pessoais de musicistas foram entregues ao sindicato, provavelmente, pelos familiares dos e das musicistas filiados, por conta de alguma questão previdenciária.

Cada tipo recebeu uma codificação conforme a tabela 02:

Tabela 02 – Codificação da documentação

CODIFICAÇÃO	TIPO
ATA_CMJ	Livros de Atas
LC_CMJ	Livros Caixa
AF_CMJ	Fotografias
FM_CMJ	Fichas de Matrícula
PA_CMJ	Proposta de Admissão (CMJ)
PA_SMJ	Proposta de Admissão (SMJ)
CLS_SMJ	Contratos de Locação de Serviços
NC_SMJ	Notas Contratuais
RE_RMV	Fichas de Empregados
DP_SMJ	Documentos Pessoais

Fonte: Elaboração própria.

Os documentos estão sendo agrupados segundo sua tipologia e em ordem cronológica. Cada agrupamento é definido como uma *série*, uma vez que “as séries documentais que refletem operações, atividades, funções e competências definem-se por sua tipologia, e esta denota a identidade de cada um dos documentos componentes” (BELLOTTO, 2019, p.123). Abaixo a tabela 03 com o quantitativo, o período quando foram produzidos os documentos e o processo de trabalho realizado até o momento.

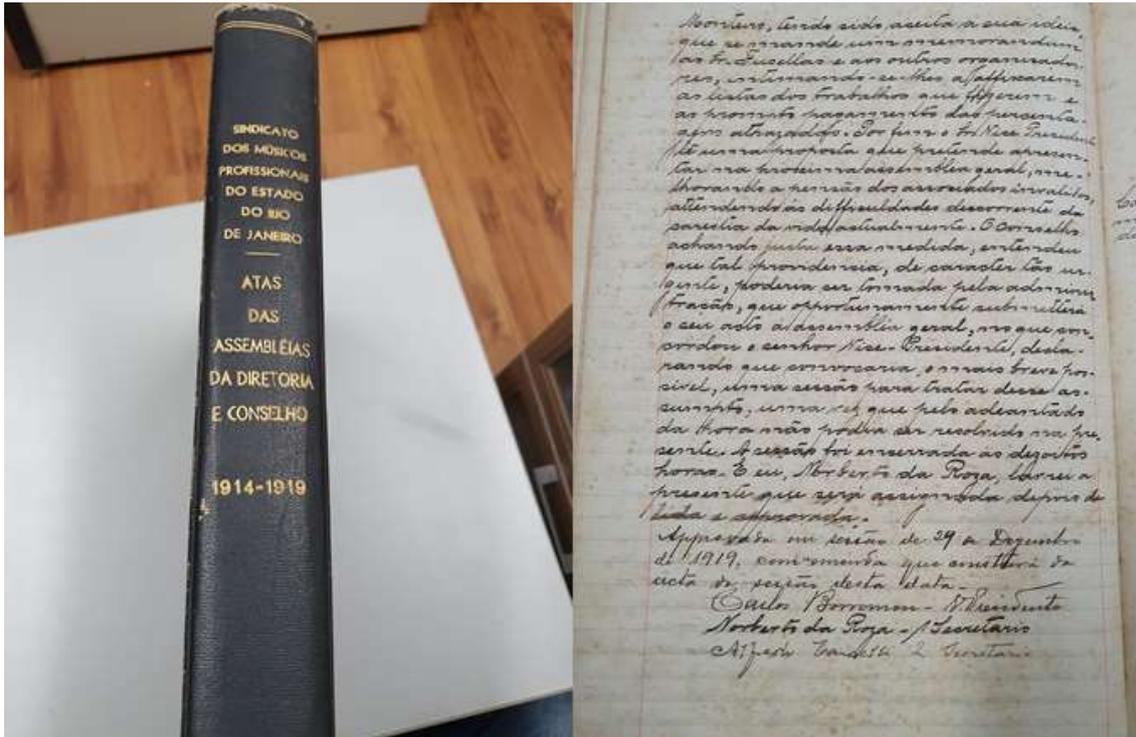
Tabela 03 – Processo do trabalho

FUNDO DOCUMENTAL DO CMJ/SMJ - SÉRIE CODIFICADA				
CODIFICAÇÃO	QUANTITATIVO	PERÍODO	DIGITALIZAÇÃO	LISTAGEM
ATA_CMJ	10 livros	1907-1941	CONCLUÍDA	CONCLUÍDA
LC_CMJ	02 livros	1933-1941	CONCLUÍDA	CONCLUÍDA
AF_CMJ	421 fotos	1ª década séc. XX	CONCLUÍDA	EM PROCESSO
FM_CMJ	223 fichas	1907-1941	CONCLUÍDA	CONCLUÍDA
PA_CMJ	483 fichas	1907-1941	CONCLUÍDA	EM PROCESSO
PA_SMJ	mais de 1.000 fichas	1941-2001	EM PROCESSO	EM PROCESSO
CLS_SMJ	mais de 1.000 fichas	1970-1980	EM PROCESSO	EM PROCESSO
NC_SMJ	mais de 1.000 fichas	1986-atual	EM PROCESSO	EM PROCESSO
RE_RMV	89 fichas	1933-1965	CONCLUÍDA	CONCLUÍDA
DP_SMJ	8 documentos	1930-1948	CONCLUÍDA	EM PROCESSO

Fonte: Elaboração própria.

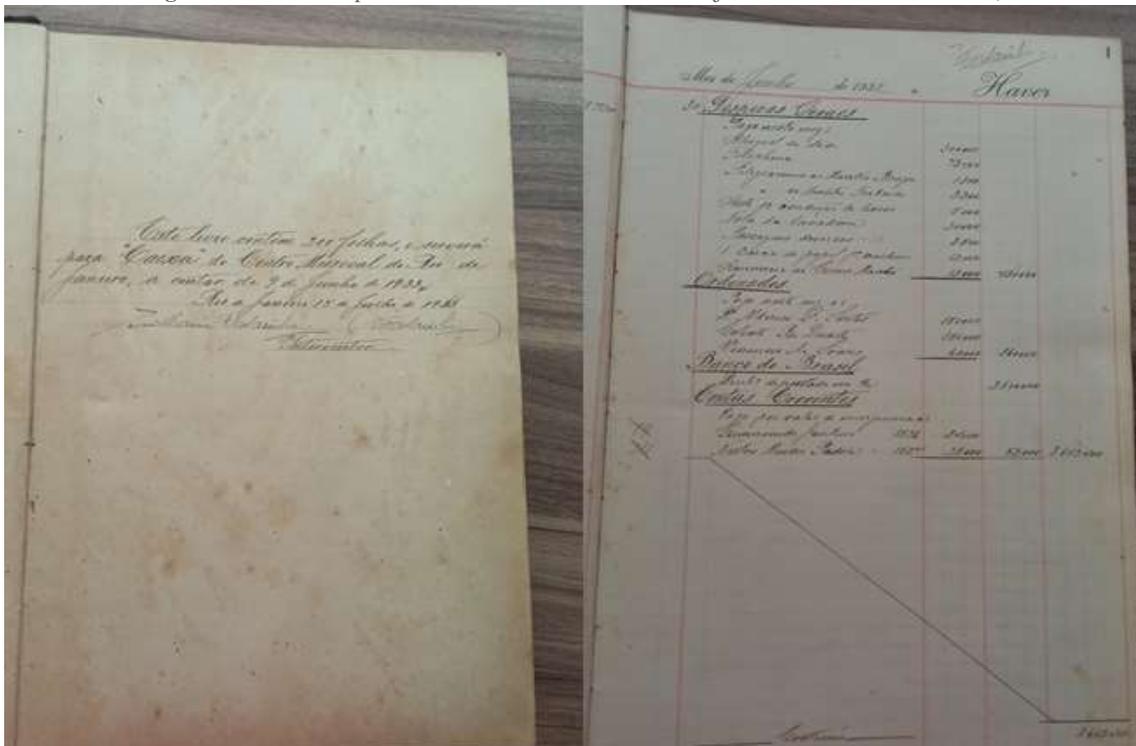
As figuras 05 a 11 ilustram cada tipo de documento (exemplos de Nota Contratual, de Proposta de Admissão ao CMJ e de Ficha de Matrícula ao CMJ já foram apresentados pelas figuras 01, 03 e 04 respectivamente).

Figura 05 – Capa e folha do Livro de Atas das Assembleias Gerais da Diretoria e Conselho (1914 a 1919)



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 06 – Contracapa e folha do Livro Caixa do CMRJ (junho 1933 a dezembro 1934)



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 07 – Fotografia



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 08 – Proposta de Admissão ao Sindicato dos Músicos

Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro
PROPOSTA PARA ADMISSÃO
 N.º 4/1943

DESPACHO DO PRESIDENTE

nome por extenso Carlos Nunes Coelho
 idade 26 anos Nascido em 13 de Março de 1916
 filiação José Ferreira Coelho e Alice
Nunes Coelho Estado civil casado
 nacionalidade Brasileiro Nacionalidade c. Federal
 residência Avenida Lemos da' 253 apto 25 Tel. 429801
 estabelecimento onde exerce a profissão Santa Luzas
16 a rua Pedro 12
 cert. Prof. N.º 90.960 Serie 212 Instrumento Bateria
 art. do I. A. P. C. N.º
 exerce a profissão a qual de dele possui nesta Capital?
 Rio de Janeiro, 19 de Novembro 1942



do médico para o respectivo exame
Rio, 19/11/1943
 PARECER DO MÉDICO José Filho
 Presidente.

Carlos Coelho
 PropONENTE Luiz Gonzaga
 inscrito no Livro de Registro em data de 20 Janeiro 1943
 ob. n.º 492

*Nota: A chapa radiográfica, nada possui, sendo o
 apontado relatório de radiologista da Policlínica do Rio de Janeiro
 "Coração e artéria de dimensões normais" de
 16 de Janeiro de 1943. ass. hápi-jornal (sic) assinada
 Rio, 1 de Fevereiro 1943
 A. Felício de Souza*

Efetua o pagamento do taxa de admissão, tal qual a
 recibo n.º 3.709
19 de Janeiro de 1943
José Rosa Ribeiro

Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 09 – Contrato de Locação de Serviços

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

NA FORMA PREVISTA PELA PORTARIA MINISTERIAL N.º 398, DE 11/9/1968, 5284

QUE ENTRE SI FAZEM: **ARTE E CULTURA SOCIEDADE CIVIL LTDA**, com sede na **Rua Siqueira Campos** n.º **143**, nesta cidade, e a LOCATÁRIA e **JACEGUAY MONTEIRO LINS** de nacionalidade **Brasileira** estado civil **Desquitado** idade **26** anos, nascido em **21** de **Abril** de **1947**, residente à **Rua Ataulfo de Paiva 1477 ap. 602** portador da identidade **OMB - 13.320** como LOCADOR, mediante as seguintes cláusulas:

- 1) - A LOCATÁRIA contrata os serviços profissionais do LOCADOR, para integrar o Elenco de **"SE EU TIVESSE O MEU MUNDO"** na qualidade de **Percussionista**
- 2) - A vigência da contratação será de **38 Dias** com início no dia **6/7/73** e término no dia **12/8/73**
- 3) - Pelos serviços profissionais do LOCADOR ora contratados, a LOCATÁRIA se obriga a pagar a importância de **Cr\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis cruzeiros) mensais**, nas condições seguintes: **O pagamento será efetuado mensalmente**
- 4) - O LOCADOR se obriga a prestar os serviços ora contratados, nos seguintes locais: **TEATRO OPINIÃO - Rua Siqueira Campos, 143**
- 5) - O LOCADOR fica obrigado a prestar os serviços ora contratados, em jornada normal de oito horas, que será pré-fixada pela LOCATÁRIA, conforme o interesse da produção ou apresentação.
- 6) - Fica assegurado ao LOCADOR o descanso semanal remunerado, na forma prevista na Lei 805 de 5/1/1949.
- 7) - Condições gerais ajustadas: **O locador se obriga a ensaiar sempre que solicitado pela direção do espetáculo.**
O presente contrato foi realizado de acordo com o parágrafo único do artigo 443 da CLT.

ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL

CONGRESSO REGIONAL DA GUANABARA

RIO DE JANEIRO, 12 de 73

Visto em 13 de 73

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente em **5** vias de igual teor com duas testemunhas, para efeito legal.

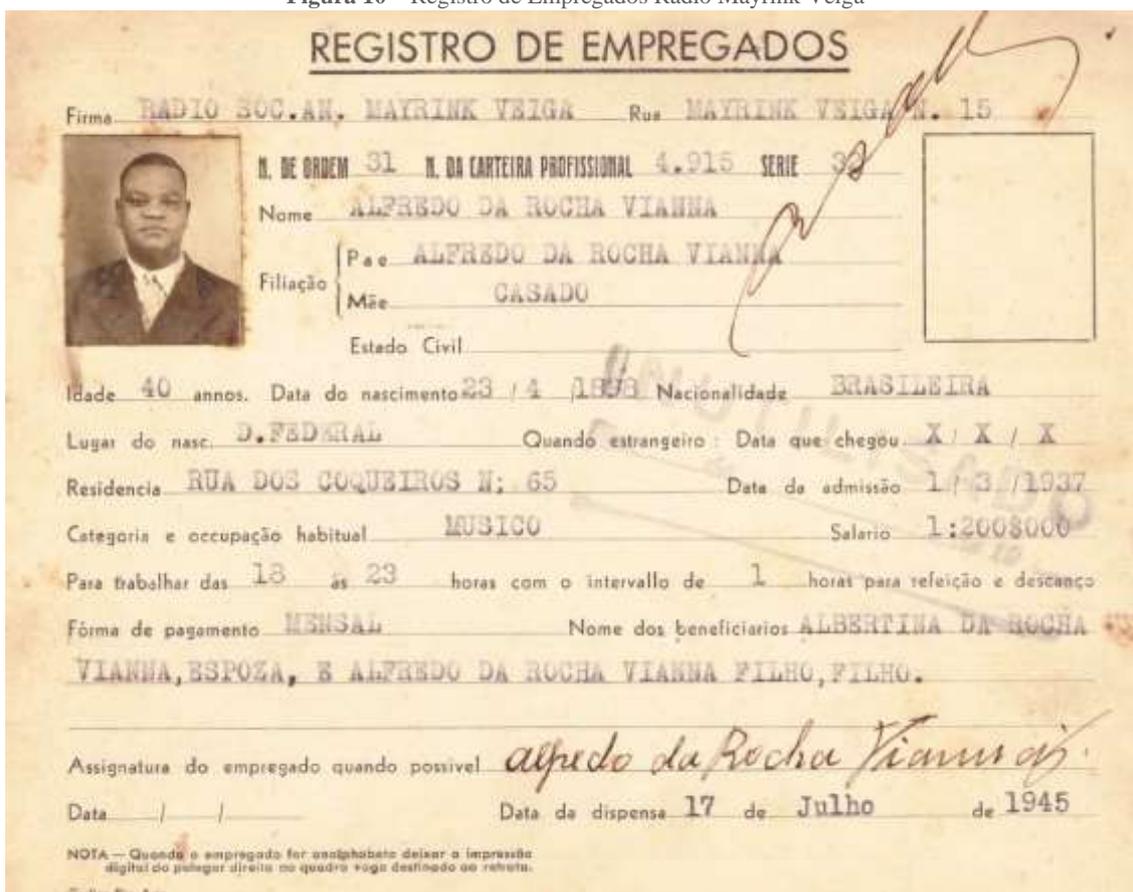
Rio de Janeiro, **5** de **Julho** de **73**

LOCATÁRIA *[Assinatura]*

LOCADOR *[Assinatura]*

Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 10 – Registro de Empregados Rádio Mayrink Veiga



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Figura 11 – Documentos Pessoais



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa.

Como se pode notar a partir das ilustrações acima, a tipologia “documentos diversos”, onde é possível situarmos a documentação apresentada a partir da proposta de Montero García (CASTAGNA, 2019, p.25), obnubila a especificidade e a historicidade que a distingue. Neste “universo arqueológico” a se desbravar, estamos certos, haverá contribuições ímpares para nossa compreensão sobre os processos de

produção musical no Rio de Janeiro, mas também, no Brasil, pelo pioneirismo do Centro Musical do Rio de Janeiro como instituição organizadora e aglutinadora da classe trabalhadora musical no século XX. Como observa Bellotto, “a história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos [...], a história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo” (2019, p.27).

Assim, frente a este complexo documental que é o fundo do SindMusí, nos cabe “identificar, descrever, resumir, indexar”, mas também “selecionar, interpretar e ‘explicar’” (BELLOTTO, 2019, p.26). Tanto o trato de ordem arquivística com a documentação “descoberta”, quanto a sua interpretação, são desafios de grande monta, trabalho este que se encontra em fase ainda inicial no projeto junto ao fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro. Neste artigo buscamos apresentar o trabalho inicial realizado, defendendo a importância histórica desse conjunto de documentos por propiciar indícios da organização de músicos em torno de sua atividade laboral, o que os colocaria conceitualmente e potencialmente junto aos outros tipos de fontes musicais. Apontamos questões pertinentes à dualidade no enfrentamento de problemas de ordem histórica e arquivística no trato com o acervo, aquilo que é chamado pela pesquisadora Amanda Gomes (2018) como o *Janus Ofício*. “Um desafio que acena com o caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos” (BELLOTTO, 2019, p13).

Entendemos, enquanto um coletivo de pesquisadores que se debruça sobre o acervo, que a documentação apresentada nos oferece pistas importantes para a compreensão de como a música – enquanto um campo de trabalho profissional – se desenvolveu: sua relação com as instituições que fomentavam e demandavam por esse trabalho; as habilidades e as competências requeridas desse profissional. Nos mostra o processo de regulamentação dessa profissão e todos os embates políticos que resultaram nas legislações específicas ao seu exercício. Mostra o processo de valorização profissional e organização de músicos enquanto classe trabalhadora, seus ofícios e carreiras. Mostra também disputas internas e distinções intraclasse. Apresenta ainda elementos importantes para nos ajudar a discutir e compreender o papel das mulheres, a segregação racial e o papel exercido por músicos estrangeiros no Brasil. Por consequência desses processos, também nos oferece pistas para a compreensão da produção sonora, musical. Essas são apenas algumas das questões que nos desafia a pensar a documentação que se constitui como o fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

- BAZ, Raúl Vicente. Los archivos musicales: estado de la cuestión. In: GONZÁLEZ, Pedro José Gómez; OLIVERA, Luis Hernández; GARCÍA, Josefa Montero; BAZ, Raúl Vicente (orgs.). **El archivo de los sonidos: la gestión de fondos musicales**. Colección Estudios Profesionales 02 . Salamanca, España: Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL), 2008, p.21-56.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- BORGES, Renato Pereira Torres. **Repertório musicológico: conceituação e aplicações contemporâneas na pesquisa em música no Brasil**. Tese (Doutorado em Música). Centro de Letras e Atyes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

- BRASIL. **LEI Nº 13.467**, DE 13 DE JULHO DE 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julh/o de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 09 out. 2021.
- CASTAGNA, Paulo. Entre arquivos e coleções: desafios do estudo de conjuntos documentais musicográficos a partir de suas características intrínsecas. **Interfaces**, nº 29, vol. 2, julho-dezembro, p.22-41, 2019.
- CASTAGNA, Paulo. Descoberta e restauração: problemas atuais na relação entre pesquisadores e arquivos musicais no Brasil. In: **I Simpósio Latinoamericano de Musicologia**, Curitiba, 10-12 jan.1997. Anais. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998. p.97-109.
- COSTA, Rodrigo Heringer. **A música como arte de viver em Salvador**. Tese (Doutorado em Música). Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.
- COTTA, André Guerra. Fundamentos para uma arquivologia musical. In: COTTA, André Guerra; BLANCO, Pablo Sotuyo (orgs.). **Arquivologia e patrimônio musical**. Salvador: Edufba, 2006, p.15-37.
- ERTHAL, Júlio César Silva. **Trabalho com Música: um estudo etnográfico sobre as formas de organização e sustentação de grupos que atuam em Londrina**. Tese (Doutorado em Música). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- GOMES, Amanda Pamela Santos. **Entre dualidades e dualismos: a múltipla atuação de músicos e musicólogos em Acervos Musicais Brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MILITO, Flora Kury. **Tem boi na linha: as práticas musicais no metrô do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Música). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- MORELLI, Rita de Cassia Lahoz. **Indústria fonográfica: relações sociais de produção e concepções acerca da natureza do trabalho artístico. (Um estudo antropológico: a indústria do disco no Brasil e a imagem pública de dois compositores-intérpretes de MPB _na década de 70.)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1988.
- REQUIÃO, Luciana. Mundo do trabalho e música no capitalismo tardio: entre o reinventar-se e o sair da caixa. **Opus**, v. 26 n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2020a.
- REQUIÃO, Luciana. Fundo documental do Sindicato dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro: Um estudo exploratório a partir de documentos trabalhistas. In: **XXX Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música**. Anais... Campina Grande, 2020b.
- REQUIÃO, Luciana. **Eis aí a Lapa...: processos e relações de trabalho de músicos nas casas de shows da Lapa**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.
- SALGADO, José Alberto. **Construindo a profissão musical: uma etnografia entre estudantes universitários de Música**. Tese (Doutorado em Música). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.